

Credores já não pensam em receber do País em setembro

MÔNICA MAGNAVITA

Os bancos privados credores do Brasil já aceitaram a idéia de que não receberão um centavo da dívida que vence em setembro e aceitam negociar os atrasos. O próprio John Reed, Presidente do Citicorp, admitiu isso a um empresário quando esteve no Rio, em julho.

Os bancos de maior porte já fizeram reservas para devedores duvidosos e estão numa situação financeira relativamente confortável. Reed foi mais além e confidenciou a esse interlocutor que nem mesmo o Banco Mundial e o FMI esperam receber, integralmente, o pagamento relativo à dívida que vence em 1989. Ao todo, o Governo terá de desembolsar cerca de US\$ 3 bilhões este ano, mas para isso contava receber US\$ 4,2 bilhões.

A legislação americana concede prazo de 90 dias para que o atraso seja lançado nos balanços dos bancos. Por isso, observa o Diretor da Atlantic Capital, Evan Sponagle (que mantém contatos freqüentes com banqueiros), os credores já se resignaram com a idéia de que só verão a cor do dinheiro no ano que vem. E esta moratória implícita, como ele chamou, não provocará retaliações, como a anterior. Até porque os bancos americanos têm reservas que superam 25% do valor da dívida, e algumas instituições européias tem até 100%.

A diferença entre a moratória de setembro e a de fevereiro de 1987 é que esta vem sendo negociada pela equipe da Fazenda e Banco Central. Mas o Presidente do Citicorp deixou claro a um de seus interlocutores que, apesar de admitirem atrasos nos pagamentos, os bancos não aceitarão que o Governo transforme este adia-

mento num ato político, como em 1987. Pelo que disse John Reed, é preciso que o País faça um pagamento simbólico a seus três principais credores (bancos privados, Bird e FMI) ainda este ano.

— Seria palatável para os bancos e recolocaria o País numa posição forte no ano que vem para iniciar um novo acordo — disse Reed. — A crise da dívida já passou de sua fase mais grave. Até porque, a saída dos bancos de menor porte facilitou em muito as negociações.

Mas Winston Fritsch, Decano de Ciências Sociais da PUC carioca, está menos otimista. Para ele, o acordo com o Bird tem cláusulas muito rígidas e seu descumprimento traria efeitos negativos para o País. Um deles seria a suspensão dos créditos das agências governamentais, que financiam o comércio exterior. Por isso, Fritsch não vê espaço para negociações nem com o Banco Mundial, nem com o FMI, neste momento. Isto é, o País terá de usar suas reservas (superiores a US\$ 6 bilhões) para quitar sua dívida com as duas instituições. A margem de manobra, portanto, ficaria restrita aos bancos privados.

— Estes sim, o Governo poderá protelar até o ano que vem, quando finalmente será fechado um acordo definitivo da dívida externa.

O problema — que parece pouco provável — é se o Brasil entrar em **default** (o que ocorre legalmente após 90 dias de atraso nos pagamentos). John Reed disse a um de seus interlocutores que neste caso o novo Governo só poderá regularizar a situação dentro de 18 meses. E, então, tanto as Filipinas quanto o México já terão concluído os acordos e o País terá ficado para trás, o que segundo Reed, não será bom para ninguém.

Desembolsos previstos para este ano

O Brasil deveria receber US\$ 4,2 bilhões em 1989, mas sem o acordo com o FMI e com o Bird os outros empréstimos também não saíram. Isso, porque no acordo de reescalonamento os recursos estavam condicionados entre si.

INSTITUIÇÃO	VALOR	DESTINO
FMI	US\$ 1 bilhão	empréstimo contraído em 1988
Bancos privados	US\$ 600 milhões	segunda e última parcela do acordo feito no ano passado de US\$ 5,2 bilhões
Banco Mundial	US\$ 1,120 bilhão	setor elétrico, sistema financeiro e comércio exterior
Fundo Nakasone	US\$ 1,5 bilhão	projetos de investimento

FONTE:BC